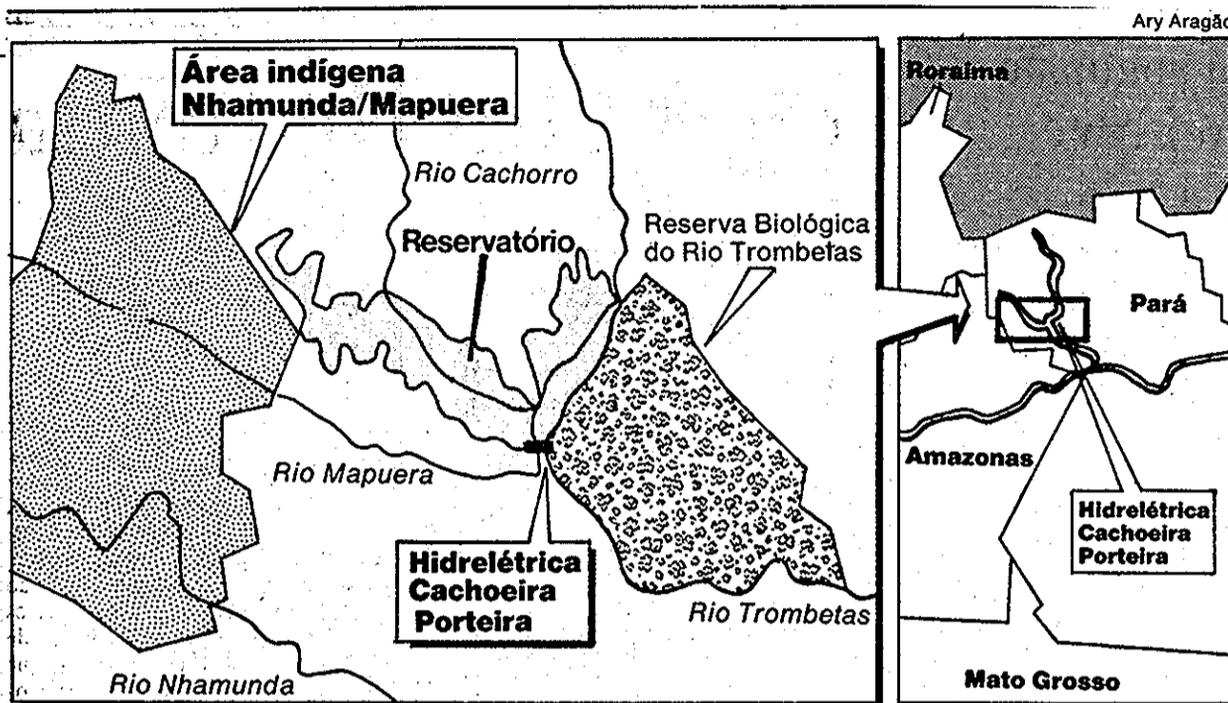


15



Cachoeira Porteira vai alagar parte da Reserva Biológica do Rio Trombetas

Represa inundará mais 912 km² de floresta densa na Amazônia

José Rezende Jr.

BRASÍLIA — Ainda mal-refeita da polêmica que envolve a construção da hidrelétrica Belo Monte (ex-Cararaô), que alagará áreas indígenas no Xingu, a Eletronorte já está preparando a abertura de concorrência, até o final de junho, para a construção de outra usina na Amazônia, a Cachoeira Porteira. A primeira etapa, a um custo de US\$ 950 milhões, deverá estar pronta em 1996, com capacidade geradora de 700 megawatts. Também fadada à polêmica, Cachoeira Porteira, na sua fase inicial, vai alagar 912 km² de florestas equatoriais densas, inclusive uma parte da reserva biológica do Rio Trombetas. A Eletronorte admite que a segunda etapa da hidrelétrica poderá alagar parcialmente também a área indígena Nhamundá-Mapuera.

A empresa reconhece ainda que mesmo a primeira etapa de Cachoeira Porteira, apesar de não atingir diretamente terras indígenas, "provocará impactos no o relacionamento intertribal" envolvendo os 14 povos da área indígena Nhamundá-Mapuera (wai-wai, xeréu, hixariana e outros) e os dois do Parque Nacional Indígena Tumucuma (tirió e cavuiana). Acostumados a perambular

pela floresta e visitarem-se mutuamente, os povos das duas áreas terão a separá-los um lago de 912 km².

Como forma de amenizar os impactos sobre a população indígena, a Eletronorte anuncia medidas para controlar o contato com os brancos — pelo menos 19 mil funcionários da empresa, que ficarão alojados em uma vila residencial de 1 mil 615 casas — como a criação de postos de vigilância e medidas restritivas à contratação de índios como mão-de-obra na construção da hidrelétrica.

Para combater o impacto sobre o relacionamento intertribal, a Eletronorte, em um trabalho que será apresentado no Simpósio Luso-Brasileiro de Hidráulica e Recursos Hídricos, de 14 a 16 de junho, em Lisboa, vai apresentar uma proposta fantástica: "Infra-estrutura para travessia do reservatório e do barramento por meio rodoviário e/ou fluvial".

"Será que vão fazer uma ponte? Ou dar um barco para cada índio?", ironiza o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Brand, para quem propostas como essa têm muito mais a função de amenizar críticas do que solucionar problemas.

Cachoeira Porteira tomará também parte dos 385 mil hectares da reserva biológica do Rio Trombetas. Em com-

penção, a Eletronorte anuncia a assinatura de um convênio com o IBDF, cuja minuta já está pronta, no valor de US\$ 4 milhões. Pelo convênio, a empresa se compromete a alocar recursos para que a reserva seja ampliada em 20 mil hectares e a fornecer barcos a motor, veículos tipo *pick-up* e sistema de rádio, além de construir postos de vigilância e contratar 17 homens para exercer a fiscalização da reserva. O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Fernando César Mesquita, no entanto, afirma desconhecer a existência de tal convênio e até mesmo ignora a construção da hidrelétrica.

A publicação do edital de licitação para a construção da primeira etapa da hidrelétrica Cachoeira Porteira depende apenas da concessão de uma licença provisória pela Secretaria de Saúde do Pará, que no início do ano passado recebeu da empresa, para avaliação, o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da obra, preparado pela empresa. A Secretaria de Saúde vai contratar uma empresa de consultoria para analisar o Relatório mas, independente disso, deverá conceder, nos próximos dias, a licença provisória para a publicação do edital de licitação.

Um exagero que vem de muito longe

BRASÍLIA — A Hidrelétrica Cachoeira Porteira, a ser construída no município de Oriximiná (Norte do Pará), no Rio Trombetas, afluente da margem esquerda do Rio Amazonas, quase saiu do papel na década de 70. Na época, entretanto, a Eletronorte considerou exagero construir uma usina de tal amplitude (700 megawatts na primeira etapa) para atender ao então modesto consumo energético de Manaus. E optou por um exagero ainda maior, a construção de Balbina, para gerar minguados 250 megawatts, a um custo ecológico desastroso: o alagamento de 2.260 km² da Floresta Amazônica, contra os 912 km² de Cachoeira Porteira.

No início dos anos 80, a Eletronorte

decidiu retomar o projeto, para atender basicamente aos mercados de Manaus e Itacoatiara (Amazonas) e de municípios paraenses da margem esquerda do Rio Amazonas (Oriximiná, Obidos e Alenquer). Futuramente, a empresa pretende levar a energia produzida por Cachoeira Porteira até Roraima e Amapá, através de linhas de transmissão. Pelo cronograma de obras, a segunda etapa, com um reservatório de 184 km² e a geração de outros 700 megawatts de energia, deverá estar concluída apenas em 2005.

Somente na área a ser alagada pelo reservatório da primeira etapa, existem, segundo relatório da Eletronorte, 118 es-

pécies de mamíferos, 318 de aves, 56 de répteis e 39 de anfíbios, além de 304 de peixes.

A Eletronorte calcula também que na área do futuro reservatório existem 841.800 m³ de madeira comercializável, a maioria de primeira linha, como sucupira, abirurana, angelim e outras 11 espécies. A princípio, a empresa pretende aproveitá-la antes do enchimento do reservatório, mas já existem estudos sobre a viabilidade de exploração subaquática, com o emprego de mergulhadores e moto-serras especiais, a exemplo do que é feito hoje em Tucuui. O projeto prevê a construção, na área da hidrelétrica, de um aeroporto para aviões de grande porte.